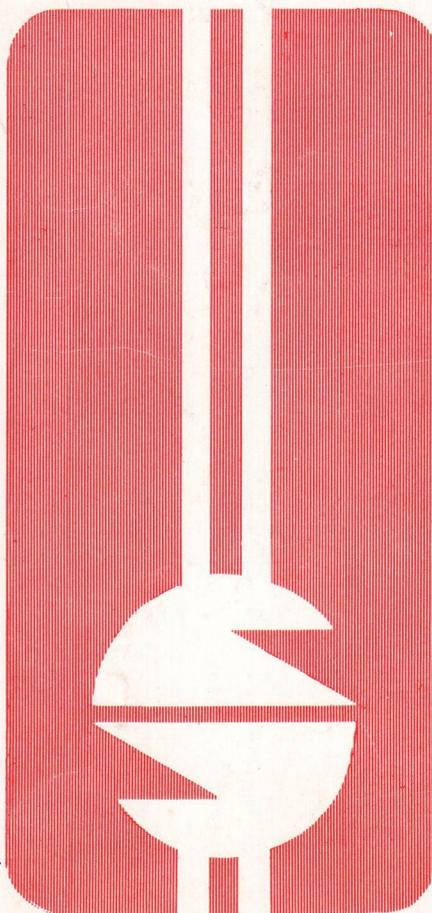


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- **TEORIA MACROECONÔMICA
INGLESA**
David Cobham
- **CARGA TRIBUTÁRIA SETORIAL
NO BRASIL**
João Rogério Sanson
- **POUPANÇA EXTERNA E
ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO**
Carlos Henrique Horn
- **LEI DO VALOR: NECESSIDADE E
LIMITES**
Rosana Guazzelli Aldworth
- **FLUXO DE CAPITAIS PARA A
AMÉRICA LATINA**
Álvaro Antonio Louzada Garcia
- **PADRÕES DE CONCORRÊNCIA E
ACUMULAÇÃO EM STEINDL**
Fernando Ferrari Filho



Novembro/85

ano 3

nº 5

REITOR: Prof. Francisco Ferraz

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Edgar Irio Simm

VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Renato Batista Masina

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Juvir Mattuella

Prof. João Rogério Sonson

Profa. Maria Imilda da Costa e Silva

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Profa. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Paulo Alexandre Sphor

Prof. Roberto Camps Moraes

Profa. Yeda Rorato Crusius

FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cr\$ 20.000,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

RESENHAS

1 – FINANÇAS PÚBLICAS: UMA INTRODUÇÃO

CARLOS A. LONGO

SÃO PAULO, IPE/USP, 1984

O livro de Carlos Longo é mais uma tentativa de trazer para a literatura brasileira de Finanças Públicas o ponto de vista econômico, ou seja, visualizar aquela área de estudos como a Economia do Setor Público. Na história do estudo formal da Economia no Brasil, por conta talvez da liderança inicial dos advogados na criação de nossas escolas, a tradição em Economia do Setor Público tem sido a da ênfase nos aspectos jurídicos, com grande espaço para a definição, classificação e fundamentação legal dos diferentes impostos e do orçamento. A análise baseada na teoria econômica é tratada superficialmente, além de totalmente defasada. O resultado é uma formação que, por um lado, deixa de explorar os aspectos onde o economista tem mais condições de dar a sua contribuição técnica e que, por outro lado, é fraca em relação à formação dos advogados. Além disso, o estudante é privado de interessantes discussões como, por exemplo, sobre distribuição de renda ótima ou sobre as teorias do Estado desenvolvidas por economistas. Assim, de tal ponto de vista, o texto de Longo é bem-vindo.

O livro é organizado em três partes básicas. A primeira dá uma visão dos economistas sobre a participação do Estado no sistema econômico. Desenvolve a classificação de funções de Musgrave: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função estabilizadora, seguindo uma tendência moderna, é apenas mencionada, pois é a seara da análise macroeconômica. Esta análise de funções é complementada por uma breve discussão de escolha pública através do processo político. A segunda parte centra-se na teoria da incidência de impostos em geral, complementada por discussões sobre juros de valor em tributação. Por fim, a terceira parte desce aos principais tipos de impostos, apresentando, então, a análise econômica

dos impostos brasileiros. Nessa parte, há também a discussão dos princípios básicos da análise de custo-benefício e do federalismo fiscal. Há ainda os dois últimos capítulos, que, a meu ver, deveriam estar na primeira parte, por tratarem de aspectos do funcionamento e do tamanho do Estado.

É na terceira parte que se encontram as contribuições mais originais do livro, por se basear principalmente em trabalhos anteriores do próprio Carlos Longo. Os capítulos melhores, segundo este critério, são: Harmonização de Impostos, Impostos sobre a Renda, Imposto sobre a Propriedade e Regulamentação Pública. Todos eles envolvem idéias novas para a literatura brasileira de cada assunto.

A audiência original deste livro foi composta por estudantes de graduação e pós-graduação em economia da USP. As análises mais avançadas estão em apêndices, ou seja, o que seria o material adicional para a pós-graduação. Já o usei como texto de graduação na UFRGS e a absorção foi boa. É recomendável, porém, que o estudante tenha tido as noções básicas de equilíbrio geral e de teoria do bem-estar, as quais são material padrão na maioria dos textos de Microeconomia, usados em cursos de graduação. Assim, haverá uma boa base para um melhor aproveitamento do livro, especialmente da terceira parte, que é a mais interessante para qualquer discussão mais técnica das conseqüências de diferentes propostas de reforma tributária.

Apesar dos muitos pontos positivos, este não é um livro editado comercialmente e, como tal, não passou por um serviço editorial que eliminasse os muitos pequenos erros e omissões. Há citações de trabalhos que não constam da bibliografia, a qual é bastante ampla. Há adaptações de outros textos onde até as siglas das figuras tiveram mantidas suas versões originais em inglês. Os capítulos poderiam ser de leitura mais fácil, com um melhor uso de frases e parágrafos de transição.

No capítulo que trata dos impostos sobre a propriedade, o que poderia ser uma interessante avaliação sobre se o ITR tem ou não potencial como instrumento desconcentrador da propriedade rural limita-se a uma discussão fora de lugar, em vista da estrutura do livro, sobre o ISS e o ICM nas finanças municipais. O capítulo sobre Decisões Políticas ignora as contribuições, tanto de natureza neoclássica como marxista, ao estudo dos interesses de grupos e sua relação com o Estado no Brasil. Apesar de o livro incluir muita coisa sobre o Brasil, por conta dos muitos trabalhos do próprio Longo, ainda assim alguns trabalhos sobre tópicos importantes para a realidade brasileira, e que deveriam constar num texto como

esse, foram deixados de fora, como discussões sobre os incentivos fiscais ou sobre os impostos previdenciários.

Assim, torço para que o Professor Longo possa dedicar algum tempo a essa atividade, ainda não lucrativa e com pouco serviço editorial de apoio, de aperfeiçoar e publicar comercialmente o seu livro-texto, para o benefício dos estudantes de Economia do Setor Público. Mas, enquanto isso não ocorre, é possível desfrutar dos pontos positivos do livro através da edição da USP, que, talvez por ser subsidiada, deva ser de pequena tiragem.

João Rogério Sanson

Prof. do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS